

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

FATOS & CRÍTICA 54

A análise de conjuntura do CVM

Ano XI, 12-08-2025



O governo Lula e o tarifação de Donald Trump

<http://centrovictormeyer.org.br/>

O governo Lula e o tarifaço de Donald Trump

“a nossa burguesia (...) não recusa, em princípio, o papel de sócio menor de empresas internacionais. O que ela quer ressaltar é o direito de decidir quando convém ou não deixar as companhias estrangeiras agirem no seu domínio. (...) Seu antiimperialismo tem um limite natural na autoconservação da sociedade burguesa (...). Ela pleiteia, unicamente, maior voz ativa junto aos seus aliados americanos, maior participação na política interamericana, melhores preços para seus produtos de exportação.”

*“[Marxismo ou Apologética Nacionalista?](#)”, de Érico Sachs, in
“Movimento Socialista” nº 1 - 1959*

O tarifaço de 50% sobre as importações do Brasil e as sanções contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenados por Donald Trump, tiveram motivações políticas e econômicas. Em articulação com um dos filhos de Bolsonaro, que trabalhou arduamente para que isso acontecesse desde que se “autoexilou” nos EUA, o governo americano teve como objetivo cancelar o processo do capitão junto ao STF, liberá-lo para concorrer à presidência em 2026 e, assim, criar o ambiente necessário para a sua vitória.

Minar econômica e politicamente o governo Lula e garantir a vitória de Bolsonaro em 2026 passou a ser um objetivo para os EUA de Donald Trump, pois significaria garantir o domínio do mercado, das matérias primas e dos recursos naturais do Brasil

– especialmente, das “terras raras” essenciais para a produção de equipamentos eletrônicos de alta tecnologia. A retirada do país dos BRICS, como fez Javier Milei na Argentina, seria a consequência provável de uma vitória de Bolsonaro.

A participação do Brasil, país estratégico na América Latina, nos BRICS foi tolerada pelos EUA enquanto o grupo não passava de um acrônimo irrelevante na geopolítica mundial. Entretanto, a ascensão econômica da China e o poder militar revelado pela Rússia na guerra da Ucrânia, colocaram o grupo inevitavelmente numa posição de confronto com o bloco imperialista ocidental, liderado pelos EUA. Assim, não é coincidência que as mais altas tarifas finais impostas por Donald Trump tiveram como alvo o Brasil e a Índia, membros dos BRICS que mantêm uma posição ambivalente entre os dois blocos.

A animosidade ficou mais evidente com as iniciativas do grupo dos BRICS destinadas à criação de sistemas de pagamento alternativos aos que utilizam o dólar. Em 2024, 87% das transações cambiais ainda foram realizadas na moeda americana, mas esse percentual vem diminuindo gradativamente, acendendo um sinal de alerta para a potência hegemônica.

À burguesia brasileira não interessa entrar em confronto com os EUA, como já ressaltava Érico Sachs nos idos de 1959. Para deixar isso claro, o país vetou a entrada da Venezuela nos BRICS e Lula participou com Narendra Modi, primeiro-ministro indiano que sofre dos mesmos dilemas geopolíticos brasileiros, da reunião do G-7 – maior instância de decisão do Bloco Ocidental – no Canadá.

O governo Lula também manteve os tradicionais exercícios militares conjuntos com os EUA, como o Programa CORE (Combined Operation and Rotation Exercise), que visa a “troca

de conhecimentos e técnicas de combate” na selva, cerrado e caatinga e o exercício conjunto EXOP TAPIO, que segundo a FAB visa integrar militares do Brasil e “países convidados” (leia-se EUA) anualmente em simulações de guerra irregular e guerra eletrônica.

Além disso, o país participou em maio de um exercício militar conjunto na Guiana, no âmbito de um suspeito “Mecanismo de Cooperação em Desastres (Mecodex)” da Junta Interamericana de Defesa da OEA, na mesma época em que a Venezuela organizava eleições que abrangiam a região do Essequibo, em disputa com a Guiana.

Porém, utilizando o método de colocar um pé em cada canoa, de forma a tirar o melhor partido da contradição entre os dois blocos, desde junho o Brasil passou a ter uma delegação militar permanente na China, com 5 oficiais superiores residindo em Pequim como adidos, com a missão de estreitar laços com o complexo industrial militar chinês e reduzir a dependência tecnológica dos EUA.

Reações da burguesia

A relação de “cooperação antagônica” da burguesia brasileira em relação ao imperialismo americano ficou tensionada com o tarifaço de Trump, antagonismo para o qual ela não estava nem um pouco preparada, depois de décadas de cooperação. Majoritariamente repudiou o ataque à “soberania” do país, em função do caráter eminentemente político do tarifaço, mas pediu ao governo para insistir no diálogo, na negociação e na moderação, visando preservar a tradicional cooperação.

Mas houve também manifestações explícitas de “entreguismo”, termo que caracterizou no passado as ações daqueles grupos subservientes dispostos a aceitar todas as

imposições do imperialismo. Exemplo disso foi o editorial do “Estado de São Paulo”, de 21 de julho, que pediu que o país abandonasse o grupo dos BRICS e se alinhasse sem hesitações aos EUA e ao Ocidente. Outros culpavam a retórica e as atitudes de Lula pelo tarifaço, em especial suas menções à desdolarização. Outros ainda defenderam tarifa zero para os produtos americanos importados pelo Brasil, como compensação a ser oferecida para o levantamento das sanções.

Seja como for, a ação conjunta de exportadores brasileiros e importadores americanos sobre o governo de Trump levaram a uma desidratação do tarifaço, com a exclusão de algumas mercadorias da lista, como suco de laranja, aviões e petróleo. O mesmo tipo de ação pragmática prossegue em relação a outros itens que poderão ser incorporados às exceções, como o café e a carne. O fato é que as altas tarifas sobre alguns produtos brasileiros impactam também a economia americana, levando água para o moinho da recessão e da inflação.

Primeiros impactos políticos

Do ponto de vista interno, a agressão americana teve o efeito político contrário ao pretendido. Em vez de gerar um movimento que desembocasse na anistia a Bolsonaro e seus apoiadores, o tarifaço gerou declarações quase unânimes de defesa da “soberania nacional” e criou uma divergência entre a extrema direita bolsonarista e a direita representada pelo “Centrão”.

Por exemplo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ficou sem saber se deveria defender as medidas de Trump a favor de Bolsonaro, que o introduziu na política, ou os interesses dos setores da burguesia de seu Estado afetados

pelas tarifas. Essa dificuldade certamente vai perdurar para os candidatos apoiados pela extrema direita na campanha eleitoral de 2026.

Por outro lado, com o tarifaço de Trump, Lula voltou a recuperar o seu capital político. A Pesquisa Quaest de 17 de julho deu a ele 43% de aprovação contra 53% de desaprovação, números melhores que os obtidos em maio (40% contra 57%, respectivamente). Além disso, 72% dos consultados acharam que Trump estava errado, contra 19% que lhe deram razão.

Já na Pesquisa do Datafolha de 2/8/25, 46% aprovaram o trabalho de Lula e 50% desaprovaram. Em um hipotético segundo turno em 2026, Lula venceria todos os adversários: 47% a 43% contra Bolsonaro e 45% a 41% contra Tarcísio de Freitas. Note-se, entretanto, que o bolsonarista Nunes Marques será o presidente do Tribunal Superior Eleitoral em 2026, o que pode ser decisivo numa eleição disputada por diferença tão pequena.

E na Pesquisa AtlasIntel/Bloomberg de 31/07/25, que é realizada pela internet e, em geral, identifica melhor o engajamento e as tendências em curso, 50,2% aprovavam Lula e 49,7% desaprovavam, mostrando uma alteração significativa no clima político.

É possível que o desempenho da economia também tenha colaborado para essa reação da popularidade de Lula. A PNAD do IBGE do segundo trimestre de 2025 apurou uma taxa de desocupação de 5,8%, a mais baixa desde 2012, e uma renda média das pessoas ocupadas de R\$ 3.477,00, 3,3% maior do que a do mesmo período do ano anterior, também recorde.

Isso não altera fundamentalmente a situação de penúria da classe trabalhadora, mas pode ter influído marginalmente no

resultado das pesquisas. De fato, apesar de a desocupação parecer baixa, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, um índice mais apropriado para medir o desemprego, continua bastante alta (14,4%). E o rendimento médio mensal de R\$ 3.477,00 representa apenas 46,9% do salário-mínimo necessário, calculado pelo DIEESE para atender às necessidades básicas de uma família de 4 pessoas, que alcançou R\$ 7.416,07 em junho de 2025.

O bolsonarismo diante do tarifaço

A ascensão de Donald Trump ao poder nos EUA deu ao bolsonarismo a chance de ensaiar uma nova tentativa de golpe de estado, desta vez contando com o apoio do governo americano, circunstância que esteve ausente nas tentativas de 2022 e 2023.

Seguindo uma estratégia que ignora as condições objetivas necessárias para o sucesso de um golpe de estado no Brasil – ou seja, que a classe dominante abdique do seu controle direto sobre o Estado para não colocar em risco o seu domínio social –, os bolsonaristas planejaram mais uma vez a criação de um caos político e econômico que pudesse fornecer às forças armadas motivos para derrubar o governo.

Dessa forma, Eduardo Bolsonaro transferiu-se para os EUA e realizou um trabalho de convencimento junto à Casa Branca para que ela fizesse pressão sobre o governo e o STF para o fim do processo judicial contra Bolsonaro. De início, o objetivo era aplicar a Lei Magnitsky sobre os ministros do STF, mas Trump aproveitou a ocasião para instituir o tarifaço de 50% sobre os produtos brasileiros, como punição por sua política externa “independente”. E continuou pressionando com manifestações públicas oficiais abertamente hostis ao governo brasileiro.

O bolsonarismo, sem se importar com os danos que a aberta interferência estrangeira no país produz sobre o seu discurso “patriótico”, associou às pressões externas manifestações de massa em diversas cidades do país no dia 3 de agosto. A maior delas ocorreu em São Paulo, com a presença de 37.600 pessoas na Avenida Paulista, número superior aos 12.400 bolsonaristas que estiveram no mesmo local em 25 de junho, porém inferior aos 185 mil de fevereiro. Nas demais cidades a dimensão dos atos foi pequena.

A participação à distância de Bolsonaro no ato de Copacabana foi claramente provocativa, produzindo a sua prisão domiciliar e alimentando o discurso da “perseguição” e a radicalização do movimento. O ato seguinte foi o motim na Câmara, com cenas patéticas de deputados bolsonaristas se acorrentando à mesa diretora para impedir o início dos trabalhos parlamentares. Suas exigências: votação do projeto de anistia para os golpistas, fim do foro privilegiado e licença prévia do Congresso para processar os parlamentares.

Não se sabe exatamente qual foi o resultado da negociação que retirou os amotinados do plenário, mas é possível que tenha sido acordado um compromisso de pautar as demandas destinadas a dificultar os processos judiciais envolvendo parlamentares. Quanto à anistia aos golpistas, principal reivindicação dos amotinados, o presidente da Câmara afirmou que não há clima para isso, o que continua inviabilizando a candidatura de Bolsonaro em 2026.

A conclusão é que as frações hegemônicas da burguesia brasileira continuam manifestando a sua falta de interesse de ter Bolsonaro como ditador, seja por meio de um golpe militar, seja pela via eleitoral.

A reação do governo brasileiro

As primeiras reações do governo Lula às tarifas de Trump foram retaliar com a reciprocidade tarifária, com a quebra de patentes de medicamentos e com a taxação dos serviços digitais fornecidos pelas big techs, numa manifestação de “nacionalismo de oportunidade”, com vistas às eleições de 2026.

Diante da aversão da burguesia brasileira a um enfrentamento direto com o imperialismo americano, a bandeira da cooperação foi logo hasteada para combater o antagonismo do governo americano. O governo brasileiro procurou restringir a discussão ao plano econômico e percebeu que a retaliação tarifária produziria perdas econômicas ainda maiores que as decorrentes do próprio tarifaço.

Assim, o vice-presidente Alckmin foi encarregado de articular as negociações entre grupos de empresários brasileiros e dos EUA, visando pressionar o governo americano pela exclusão de alguns itens do tarifaço, o que ocorreu no caso dos aviões e do suco de laranja e poderá ser estendido para o café e a carne. A abertura de canais de negociação direta entre o governo brasileiro e a Casa Branca, entretanto, foi bloqueada por influência bolsonarista, segundo afirmou o Ministro da Fazenda.

Demonstrando boa vontade, Haddad falou até em negociar minerais estratégicos com os EUA, assunto bastante sensível desde que a China ameaçou bloquear suas exportações de terras raras. Assim, as atitudes mais contundentes contra a política de Trump continuaram arquivadas para não ameaçar a postura cooperativa.

O Brasil paga bilhões de dólares em serviços digitais a empresas americanas, como os provedores de serviços em

nuvem, as plataformas de streaming, as redes sociais, os mecanismos de busca e as lojas de aplicativos. Em 29 de julho Alckmin promoveu uma reunião no Palácio do Planalto com as big techs e representante dos EUA para discutir o tarifaço, a regulação das plataformas, a tributação e a responsabilidade nas redes sociais. A reunião representou uma advertência sobre as diversas possibilidades de retaliação, porém não produziu qualquer ação concreta.

E a política comercial agressiva do governo americano não parou no tarifaço. Em julho o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) identificou o pix do Banco Central como concorrência desleal aos cartões de crédito americanos, entre outras queixas, apontando para mais sanções no futuro.

Assim, esgotadas as possibilidades de negociação com os EUA, o governo agora se concentra em minimizar as perdas dos setores afetados, em moldes semelhantes aos utilizados na pandemia e nas enchentes no Sul: financiamento das empresas para evitar as demissões em massa, auxílio para o pagamento de salários e apoio à destinação da produção para o consumo interno ou para mercados externos alternativos.

Governo sem sustentação política

Com minoria no Congresso, hostilidade velada das forças armadas e fustigado pela política de Trump, o governo não dispõe de uma sustentação de massas que pudesse servir de contraponto. O governo, o PT e os sindicatos por ele controlados são muito cautelosos e evitam elevar o nível de organização e mobilização a um ponto tal que possa vir a comprometer a “governabilidade”, ou seja, a política de colaboração de classes.

Embora as tensões conjunturais pudessem permitir ao governo levantar as bandeiras da luta anti-imperialista, da diminuição da jornada de trabalho e da taxaço da riqueza, pois o seu apoio só cresce quando vai para a esquerda, o último Congresso do PT, realizado no início de agosto, continua falando na necessidade de uma “frente ampla”, de uma “ampla aliança”, ou seja, continua defendendo a união com os partidos burgueses que compõem o “Centrão”, responsáveis pela preservação no governo dos interesses fundamentais da burguesia.

Com a defesa dessa tese de aliança com setores burgueses, a tendência política interna apoiada por Lula, Construindo um Novo Brasil – CNB, manteve a hegemonia sobre o partido e conseguiu a vitória de seu candidato, Edinho Silva, no Processo Eleitoral Direto, com 73,5% dos votos. A ala esquerda, representada pela Articulação de Esquerda obteve apenas 4,6% dos votos, segundo os primeiros resultados.

E assim o governo prepara novas derrotas que decorrem dessa “ampla aliança” e da renúncia à mobilização dos trabalhadores. Por exemplo, todos os setores da burguesia protestaram contra o aumento das alíquotas do IOF, impondo ao governo uma dura derrota ao derrubar o decreto do executivo sobre o assunto. Como se sabe, a burguesia se opõe ao aumento dos impostos, porque diminui os seus lucros. Prefere que o “equilíbrio fiscal” seja atingido às custas dos trabalhadores, com o corte de direitos sociais e dos gastos com saúde e educação. Não fosse uma decisão formal do STF, o decreto estaria sepultado.

Outra batalha que o governo perdeu no parlamento foi a relativa à Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que dispensou de licenciamento atividades do agronegócio, flexibilizou-o para obras de infraestrutura e instituiu o autolicenciamento e a

renovação automática. A lei foi sancionada com 63 vetos presidenciais, que provavelmente serão derrubados quando o projeto voltar ao parlamento.

Tudo isso proporcionou apenas reações institucionais do governo, seja no judiciário ou no legislativo. A propósito, Pesquisa Quaest realizada em julho apurou que apenas 42% dos consultados dizem aprovar o Congresso Nacional, enquanto uma maioria de 51% o desaprova. Entre os que se denominaram bolsonaristas, apenas 35% aprovam o Congresso, enquanto 60% o desaprovam.

Curiosamente, entretanto, são os que se dizem petistas ou lulistas aqueles que mais acreditam na instituição parlamentar: 61% se disseram satisfeitos com o desempenho do Congresso, contra apenas 34% que o desaprovam. Ou seja, mesmo com as sucessivas derrotas no legislativo, é o público situado à esquerda quem mais dá apoio e acredita na institucionalidade burguesa. Alguns próceres do PT chegam a bradar que “o Congresso não é inimigo do povo”.

Mas todas as instituições do Estado burguês – executivo, legislativo, judiciário e forças armadas – por mais “democráticas” que finjam parecer, foram constituídas de modo a preservar o domínio social da burguesia, que utiliza o seu poder econômico, político e ideológico para alcançar majorias parlamentares, eleger governantes e nomear autoridades. Essas instituições não são neutras. Ao contrário, estão a serviço da preservação do domínio social da burguesia, cujo pilar central é a exploração capitalista.

Movimentos dos trabalhadores

A capacidade dos trabalhadores de responderem aos desafios da conjuntura, combatendo as investidas do imperialismo e

defendendo as suas reivindicações específicas, como a redução da jornada de trabalho, ainda é bastante reduzida e tanto o PT quanto os sindicatos não se empenham para promover a organização pela base e a mobilização para as lutas.

Porém, algumas ações do MST cobraram do governo resultados mais expressivos na Reforma Agrária, criticando a morosidade do processo e o modelo de desenvolvimento agrário que prioriza o agronegócio. Em julho, 17.000 militantes do movimento invadiram sedes do INCRA, por ocasião da Semana Camponesa e do Dia do Trabalhador Rural.

O MST também denunciou que apenas 3.353 famílias foram assentadas no atual governo, em comparação com as 65.000 planejadas e as 120.000 cadastradas pelo INCRA. Exige também o fortalecimento da CONAB, como medida de combate à inflação dos alimentos.

As centrais sindicais encaminham o Plebiscito Popular em defesa da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000,00, da taxa de dos altos rendimentos e da diminuição da jornada de trabalho, com o fim da jornada 6 x 1. Mas são ações tímidas, que ficaram eclipsadas com o tarifaço de Trump. Em geral, o movimento sindical encontra-se paralisado.

Em julho foi realizado o Congresso da UNE em Goiânia, que defendeu maiores verbas para a educação pública (10% do PIB, 50% do Fundo Social e 75% dos royalties do pré-sal), o transporte público gratuito, a resistência contra a extrema direita e o apoio ao Plebiscito Popular para taxar grandes fortunas e acabar com a escala 6x1.

Após 74 dias, terminou em 18 de julho a greve dos professores municipais de Salvador, que produziu alguns ganhos, como o não desconto dos dias parados e a aplicação do critério de percentuais sobre os vencimentos para o estabelecimento das

gratificações. Mas o mais importante a destacar nesse movimento foi que os trabalhadores não se dobraram às decisões do Tribunal de Justiça da Bahia e do STF pelo fim da greve e prosseguiram no movimento, apesar das multas processuais aplicadas à APLB (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia). A luta pela dispensa dessas multas continua e uma Mesa de Negociação foi estabelecida.

Coletivo do CVM – 12/08/2025

* * *

centro de estudos victor meyer